

## MISSÃO FRANCISCANA EM ITAPORÃ-MT (1958 - 1972): EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E RELIGIOSIDADE

**Claudiani Rodelini** - (UFGD; Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul) -  
claudiani\_rodeline@hotmail.com

**Alessandra Cristina Furtado** – (UFGD) – alessandra\_furtad@yahoo.com.br

**GT 13: História da Educação**

### RESUMO

O trabalho elucida os resultados da investigação acerca da atuação da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã na educação em Itaporã-MT. Para tanto, buscamos analisar a atuação das religiosas no Grupo Escolar Antônio João Ribeiro e no Grupo Escolar Itaporã, duas escolas laicas sob a condução das Irmãs Franciscanas. A delimitação temporal da pesquisa tem como marco inicial o ano de 1958, com a chegada da Congregação das Irmãs Franciscanas ao município de Itaporã, e finda no ano de 1972, por ser o período em que as Irmãs se retiraram da administração do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro. A pesquisa constituiu-se de fontes históricas oriundas da Diocese de Itaporã, como as “crônicas”, livro Tombo da Paróquia São José de Itaporã, Crônicas da Escola Santo Antônio, arquivos escolares, documentos do Centro de Documentação Regional (DCR), e do arquivo público de Cuiabá-MT. Também foram incorporados ao trabalho depoimentos orais e acervos pessoais fornecidos por sujeitos que vivenciaram o cotidiano da congregação no período delimitado para o estudo. Certeau (1994) nos oferece apoio para a pesquisa, já que utilizaremos seus conceitos de “estratégias” e “táticas”. Ao mapear as estratégias de educação da Congregação das Irmãs Franciscanas nos dois Grupos Escolares, procura-se identificar como estes lugares de poder dialogavam com a comunidade para sua própria manutenção.

**Palavras-chave:** História da Educação. Irmãs Franciscanas. Grupo Escolar Antônio João Ribeiro e Grupo Escolar Itaporã.

### 1 Introdução

O presente trabalho vincula-se ao campo da História da Educação, cujo foco principal está ligado à atuação da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, oriundas da Província do Rio Grande do Sul, que migraram para o Mato Grosso, mais precisamente para os municípios de Rio Brillhante, Dourados e Itaporã. Neste texto, busca-se analisar a presença dessa Congregação na educação escolar do município de Itaporã, no período de 1958 (ano da chegada da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã ao município de Itaporã) até

1972 (o ano em que as Irmãs encerraram as atividades na administração do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro em Itaporã). A pesquisa justifica-se por deslocar a atenção da história dos grandes centros urbanos para a história do interior de estados brasileiros situados na região centro-oeste e, mais precisamente, para um município situado no Sul de Mato Grosso, que é o caso de Itaporã.

Para esta pesquisa, foi adotado um conjunto de procedimentos metodológicos que envolve o levantamento, pesquisa e análise bibliográfica e documental, análise fotográfica e entrevistas. Em relação à pesquisa bibliográfica, fez-se necessário recorrer a livros, dissertações, teses e artigos científicos impressos ou em meios eletrônicos, dialogando com autores que se debruçaram sobre a História da Educação na região tais como Amaro (2018), Valdez (2017), Rodelini (2015), Marin (2012) e Knob (1988). A pesquisa ainda se constituiu de fontes históricas oriundas da Diocese de Itaporã, do Lar Menino Jesus, do Centro de Documentação Regional (DCR), do arquivo público de Cuiabá, arquivos escolares, depoimentos orais e documentos de arquivos pessoais fornecidos por sujeitos que vivenciaram o período histórico.

O expansionismo da Igreja Católica em terras mato-grossenses acentuou-se a partir de janeiro de 1937, quando a Província da Imaculada Conceição do Sul do Brasil, conciliada à Província Franciscana da Turíngia (Alemanha), estabeleceu a concessão da área de MT como terra de missão. Chegaram ao estado no ano de 1938 os primeiros missionários franciscanos alemães, devido às perseguições empreendidas pelo nazismo. Desse modo, para evitar a extinção da Província e preservar a integridade física dos seus membros, os franciscanos optaram pela dispersão para diversos países. Esses religiosos então “tiveram de improvisar e aprender a desenvolver uma maquinaria de imposição católica que se adaptasse ao cenário religioso de Mato Grosso” (MARIN, 2012, p. 205).

Os franciscanos se sentiam agentes civilizadores por serem europeus e católicos, e por difundirem os ideais da Igreja e as realizações da sociedade ocidental, das quais os mato-grossenses estariam excluídos. A experiência missionária são experiências de contato que raramente se estabelecem a partir de uma condição de igualdade: são repletas de tensões não resolvidas e que produzem novas identidades.

O município de Itaporã foi palco da criação da Colônia Municipal de Dourados (CMD), entre os anos de 1946 e 1953. A ocupação da região de Itaporã deu-se em virtude da propaganda ligada à fertilidade do solo para o plantio do café. O processo de

migração rural intensificou o movimento de famílias para a formação de várias regiões de Mato Grosso. Muitas pessoas migraram para a região em busca de um espaço melhor para viver e trouxeram na bagagem a promessa de um futuro próspero para seus filhos (OLIVEIRA, 2009). Porém, esses migrantes eram deixados à própria sorte devido à falta de infraestrutura ofertada pelo governo local, cabendo-lhes a responsabilidade pela criação de um espaço que pudesse oferecer os requisitos mínimos para o povoamento como estradas, pontes, casas, igrejas e escolas.

No ano de 1943, a partir da política de integração nacional, o governo Vargas criou o Território Federal de Ponta Porã, localizado na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Nesse mesmo ano, deu-se o projeto de criação de colônias agrícolas nacionais para a nacionalização das fronteiras e o povoamento das regiões mais afastadas do litoral. Em 1943 foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com o objetivo de receber e fixar proprietários rurais, cidadãos brasileiros pobres, desde que tivessem aptidão para o trabalho na lavoura. Nesse mesmo ano, por iniciativa da prefeitura de Dourados, foi efetivada a Colônia Agrícola Municipal de Dourados (CMD), tendo em vista que o governo do estado não havia demonstrado preocupação com as solicitações da população existente nesta área que desejava a colonização por meio de assentamento e doação de títulos de aforamento aos colonos já instalados nas terras devolutas.

Foi nesse cenário que Itaporã se desenvolveu econômica, política e socialmente. Vale destacar que os colonos que vieram à Colônia Agrícola Municipal de Dourados (região onde se situava Itaporã) tiveram grande preocupação com o processo de escolarização. Isso fez com que fossem nomeados e contratados professores para atuar na área da colônia, nas zonas do córrego Sardinha e do córrego Panambi entre os anos de 1951 e 1952.

As Irmãs Franciscanas chegaram ao município de Itaporã no ano de 1958. Nesta época, as irmãs franciscanas já estavam presentes na educação do Patronato São Francisco em Dourados. A esse respeito, Amaro (2018) acrescenta que a Ação Social Franciscana com fins socioeducativos era dirigida pelos Freis Franciscanos e que na sua sede funcionava, além dos trabalhos pastorais, a escola Patronato de Menores.

## 1.1 O Grupo Escolar Antonio João Ribeiro

Em 1940, o presidente Getúlio Vargas desenvolveu a política conhecida como “Marcha para Oeste”, a qual determinou, entre muitas ações, a criação de colônias agrícolas em Goiás e Mato Grosso. De acordo com Rodelini (2015), nesse movimento, o Sul de Mato Grosso foi contemplado com a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que determinou a constituição de núcleos populacionais capazes de ocupar áreas limítrofes entre Brasil e Paraguai, enfraquecendo, assim, as ações econômicas da Empresa Mate Laranjeira, instituição que atuava na atividade de extração da erva-mate desde as duas últimas décadas do século XIX. Na década de 1950, verificou-se na região a intensa migração de trabalhadores e colonos oriundos de São Paulo e do Paraná em busca, sobretudo, de terras.

Foi neste contexto de intensa migração que surge no Sul de Mato Grosso, na cidade de Itaporã – uma cidade ainda rural nos idos dos anos 50 – o Grupo Escolar Antonio João Ribeiro. Rodelini (2015) afirma que o GE era uma Escola Reunida até o ano de 1955, quando foi elevada à categoria de “Grupo Escolar Antonio João Ribeiro” (Decreto Estadual 2.197/55). No primeiro ano de seu funcionamento, assumiu a direção da escola o professor Marcelino Lopes de Oliveira.

O Grupo Escolar Antonio João Ribeiro foi a primeira instituição dessa modalidade em Itaporã e, também, a primeira escola urbana de alvenaria erguida especificamente para ser um espaço de ensino institucionalizado. O GE tinha localização privilegiada, situado na Rua Marcelino Lopes de Oliveira, nº 609, no centro da cidade, e se destacou pelo fato de representar uma nova organização escolar, com salas projetadas e destinadas a alunos, professores, diretores e secretários. Surgia, assim, o primeiro Grupo Escolar, considerado como a “escola de verdade<sup>1</sup>” no município de Itaporã. O GE era um novo modelo de escola que nascia na cidade de Itaporã.

Localizados no centro da cidade ou bairro, na capital ou no interior os grupos escolares reafirmavam sua identidade pelo contraste com as casas populares, os casebres. Ao passar por eles, as pessoas sabiam a que se destinavam. Revelam percepções múltiplas de conteúdo subjetivo e significações simbólicas (SOUZA, 1998, p. 113).

---

<sup>1</sup> Uso o termo “Escolas de Verdade” com base em Tyack e Cuban (1999).

**Figura 1 - Grupo Escolar Antonio João Ribeiro em 1958**



**Fonte:** Studio Santana (1958)

Podemos observar na figura 1 que a escola era provida de apenas um pavilhão de alvenaria, com o pé direito alto, as janelas e as portas quebradas, e ainda não tinha muros ao seu entorno. Embora a cidade não dispusesse de luz elétrica, o GE possuía um padrão de energia. Logo, entendemos que o engenheiro responsável pela obra desconhecia a realidade da cidade de Itaporã.

As Crônicas da Escola Santo Antônio (1958-2002) registram que, quando as irmãs chegaram à cidade de Itaporã em 1958, havia duas escolas na região: o Grupo Escolar Antonio João Ribeiro e o Grupo Escolar Itaporã. Ainda em 1958, a Irmã Paulina foi nomeada diretora do Grupo Escolar Antonio João e outras religiosas pertencentes à Congregação Franciscana assumiu outras funções.

Segundo a Irmã SÉrgia Worfart (jun. 2013), o Grupo Escolar Antonio João Ribeiro, nos anos 1958, encontrava-se totalmente abandonado pelo governo do estado de Mato Grosso. A irmã relata ainda que o prédio contava com quatro salas de aula, considerado na época como uma grande estrutura, mas o prédio estava esquecido e com um número reduzido de alunos, 70 ao todo. Assim, apesar de o Grupo Escolar ter prédio próprio, a escola inicialmente encontrava dificuldades com relação à frequência dos alunos e uma certa desvalorização ou descrença por parte das famílias.

O trabalho das Irmãs no GE foi ganhando visibilidade e a procura por matrículas foi crescendo a ponto de, em 1968, as quatro salas de aula não atenderem mais a demanda de crianças e adolescentes em idade escolar. Fato inusitado então

ocorreu: a igreja cedeu seus imóveis para que o Grupo Escolar pudesse abrigar seus alunos, esse fato é narrado no Livro Tombo da Paróquia São José:

A Igreja velha e a antiga capela São José, como também o barracão de madeira ao lado da casa paroquial ser atualmente de escolas. Primeiro foi só uma aula, depois duas e três. A falta de lugar nos grupos escolares da cidade nos obriga a dar uma mão para o ensino. (Livro de Tombo, vol. 1, fls. 09)

Nesta perspectiva, podemos observar que a Igreja Católica (religioso) passa a colaborar com o Grupo Escolar (público), embora saibamos que o Brasil é um estado laico desde a Constituição de 1891, que garante que o Estado não avance nos assuntos das Igrejas nem estas tomem partido nas decisões de governo. Identificamos aqui uma colaboração entre a Igreja e o Estado.

Sobre a presença do religioso no espaço público, Giumbelli (2002) nos coloca que a Igreja Católica foi contrária à sua separação com o Estado. Mas que seus líderes se empenharam na defesa de algum reconhecimento, por parte do Estado, da preeminência do catolicismo na constituição da nacionalidade. Tais empenhos, segundo Giumbelli (2002), foram em parte recompensados na Constituição de 1934, na qual, o ensino religioso é permitido e o casamento religioso volta a ter validade civil. Além disso, o princípio da separação é temperado pela possibilidade de “colaboração” entre Estado e religiões. A noção de “colaboração” conferiu assim um fundamento constitucional para aproximações entre Estado e religiões, o que, naquele momento histórico, traduziu às vitórias conquistadas pela Igreja Católica”.

No Sul de Mato Grosso, a busca pelo processo educativo se deparou com a falta de professores habilitados. Neste sentido, Rodelini (2015) afirma que na cidade de Itaporã a falta de professor habilitado fez com que houvesse apelo a professores não-habilitados para ensinar a ler, escrever, contar, transmitir algumas regras para o bom convívio e, sobretudo, noções de higiene.

De acordo com informações contidas no Livro de Registro do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro (1955-1966), em 1967, chegou ao GE a primeira professora normalista, Conceição Nonato. As professoras recebiam salário do Estado de Mato Grosso (uno), pela Exatoria, repartição que pagava as servidoras conforme o grau de instrução. A maioria das

professoras tinha o 4º ano primário completo. Posteriormente, começaram a chegar professoras com 2º ano ginásial ou “Normal Regional”.

Rodelini (2015) relata que, na década de 1950, as professoras do GE eram nomeadas através de indicação política do prefeito de Itaporã, fato que causava sérios problemas para a administração do GE, pois, a cada nova eleição, o grupo político vencedor exonerava as professoras vinculadas ao partido adversário e eram nomeadas outras pelo partido vencedor. Inúmeros conflitos ocorriam entre a direção do GE e a prefeitura, causados por questões ligadas à contratação de algumas professoras sem formação.

## 1.2 Grupo Escolar de Itaporã

As Escolas Reunidas de Itaporã foram criadas durante o governo de João Ponce de Arruda, então governador de Mato Grosso, eleito em sufrágio universal em 3 de outubro de 1955. Ponce era do Partido Social Democrático (PSD) e governou o Mato Grosso de 1956 a 1961. Pelo Decreto n. 865 de 10 de maio de 1960, o governador criou as Escola Reunidas na cidade de Itaporã, que está situada à rua Edson Bezerra, n.º 320, na zona central da cidade.

A documentação aponta que, em 1970, a escola tinha como dependência administrativa seis salas de aula, uma secretaria, uma cozinha, um banheiro para meninos e um para as meninas. A escola estava desprovida de sala de direção, sala dos professores e biblioteca. O piso é de granito, as paredes de alvenaria e a cobertura de Eternit®. O pátio era pequeno e não oferecia espaço suficiente para prática de Educação Física ou para qualquer outra atividade extraclasse. Por isso, quando necessário, era comum os alunos ocuparem a rua que ficava na frente da escola para as atividades extraclasse. De acordo com Sá:

[...] as escolas reunidas tinham a vantagem de representar uma economia aos cofres públicos, pois o cargo de diretor era ocupado por um professor que acumulava a função; de terem o ciclo de escolarização reduzido em 3 anos; necessitarem de um número inferior de alunos para serem instalados, tendo no mínimo 15 e no máximo 45 alunos por classe. Assim de acordo com Sá as escolas reunidas representavam uma economia aos cofres públicos estaduais. (SÁ, 2006, p. 205)

A Escolas Reunidas de Itaporã, criada no ano 1955, foi entregue à administração das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã em 1961, e a Ir. M. Veronica foi nomeada diretora. A documentação aponta que, a partir de 1961, a Escola passou a ser administrada na seguinte ordem:

**Quadro 1: Professoras responsáveis pela Escola Itaporã**

Ano	Professora Responsável
1961	Irmã Maria Veronica
1962	Irmã Maria Veronica
1963	Irmã Maria Veronica
1964	Irmã Maria Veronica
1965	Irmã Maria Veronica
1966	Irmã Maria Rita
1967	Irmã Maria Rita
1968	Irmã Élide Esther
1969	Irmã Ivoni Joham
1970	Edna Maria Peregrini
1971	Edna Maria Peregrini
1972	Nadir dos Reis Calderan

**Fonte:** Elaborado pela autora.

A documentação aponta que, durante os anos de 1961 a 1969, as Irmãs foram as professoras responsáveis pela instituição. Após 1970, as Irmãs deixam a administração da escola e passam a atuar somente na docência.

A organização curricular da escola, no ano de 1972, estava organizada em três disciplinas: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências. Nesta perspectiva, podemos constatar que os estudos sociais representavam a valorização do homem no processo de ensino-aprendizagem. Assim, o foco da educação centrava-se no aspecto social, como preconizava a Lei 5.692/71, que estabelecia, no Capítulo I, Art.1º:

O ensino de 1º e 2º grau tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, Lei 5.692/71)



As Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, que passaram a administrar a Escola Reunidas de Itaporã, são as mesmas irmãs que já estavam presentes na administração do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, fato este relatado no livro de Crônicas:

Aos 15 dias de fevereiro iniciamos as matrículas, e a 1.º de março as aulas com 615 alunos. A pedido do novo partido político aceitamos a Escola Municipal com o nome de Escola Reunida a qual a Ir. M. Veronica foi nomeada diretora. (CRÔNICAS, 1958, p. 9).

Tais informações contidas no livro de crônicas apontam que havia uma cooperação entre a Congregação da Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e o partido político de Itaporã, no que se refere à educação no município. Observemos o que diz o livro de Crônicas:

Os professores de todos os grupos escolares tanto da sede de Itaporã como dos sítios, tiveram no decorrer do ano letivo 3 treinamentos de catequese, com um programa intensivo de estudos de religião e didática. O objetivo deste treinamento é capacitar os professores a ensinarem religião em sua própria sala de aula (CRÔNICAS, 1958, p.57).

Embora o Regulamento da Instrução Pública, de 1910, apregoava em seu Artigo 1º que o ensino seria leigo e administrado à custa dos cofres estaduais, de acordo com o livro de crônicas (1958), em 1975, os professores dos grupos escolares de Itaporã tiveram um treinamento intensivo de estudos de religião e didática, ministrado pelas irmãs. Assim, constatamos a presença do religioso no espaço público.

De acordo com Giumbelli (2002), isso não é um “problema”, quando se interpreta a situação brasileira iluminada pelo paradigma da secularização. A constatação, nesse caso, refere-se ao fato de que certas formas de presença da religião no espaço público não foram construídas por oposição à secularização, mas, por assim dizer, no seu interior.

Tal presença, ao mesmo tempo em que se fundamenta na legitimidade de “colaboração” entre Estado e igrejas, agora aproveitada por mais um segmento do campo religioso tradicionalmente, católicos, e espíritas cumpriam esse papel e beneficiavam-se de uma abertura mais recente para a participação da sociedade civil nas políticas públicas e de uma valorização generalizada da atuação em rede no

enfrentamento da questão social (Burity, 2006). Em Itaporã, o religioso esteve presente no espaço público, como podemos observar no livro de Crônicas:

Em março iniciamos as aulas com mais de 600. E por falta de lugar vemo-nos obrigados a fazer 3 turnos no Grupo Escolar [...] Em julho o Revdo. Vigário desfez a igreja velha, primeira casa de Deus de Itaporã, que há anos servia de aula, com duas salas e assim fomos obrigadas a fazer também 3 turnos na Escola Reunida. (CRÔNICAS, 1958, p.14).

Em 29 de abril de 1970, a Escola Reunidas de Itaporã foi elevada à categoria de Grupo Escolar, pelo Decreto 1130/70, segundo o qual esse fato se deve ao crescente número de crianças em idade escolar, como aponta o Decreto no seu “Artigo Único – Fica elevado à categoria de Grupo Escolar as Escolas Reunidas da cidade de Itaporã, em virtude do elevado número de crianças em idade escolar existentes naquela localidade”. A documentação aponta ainda o crescente número de alunos em idade escolar.

**Quadro 2: Número de alunos 1973, 1974, 1975, 1976**

Ano	Número de alunos
1973	375
1974	454
1975	425
1976	433

**Fonte:** Arquivo da Escola Estadual de Itaporã – Itaporã-MS.

Conforme podemos identificar no quadro 2, a quantidade de alunos no Grupo Escola de Itaporã entre os anos 1973 e 1974 teve um aumento expressivo. Entre os anos de 1974 e 1975, houve um pequeno decréscimo. Em 1976, o número de alunos no GE volta a subir, chegando a 433.

Era prática na cidade de Itaporã a realização de cerimônias em datas cívicas, que se faziam por meio de desfiles e de outras festividades. Além de recordarem acontecimentos da história brasileira, esses eventos serviam para representar o civismo e o amor à pátria. Souza (1997) lembra que, ao transformar as datas cívicas em atividades escolares, o Estado fazia do espaço escolar um instrumento de lembrança e de memória histórica, no sentido de legitimar o novo regime.

O referencial de Eric Hobsbawm e Ranger (1997) retrata o caráter utópico das tradições. Segundo eles, a invenção das tradições seria um fator importante na construção das identidades nacionais na modernidade. Para Hobsbawm e Ranger, toda tradição é inventada:

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM E RANGER, 1997, p. 9)

De acordo com o que foi apresentado, o processo de organização da sociedade em Itaporã pode ser entendido como “criador de tradições”. O Grupo Escolar era um projeto de ensino republicano, assim legitimava os interesses desse grupo que visava a superação do atraso econômico, a construção de uma nacionalidade moralizadora, a submissão da classe trabalhadora e ao sentimento de civismo.

No centro da cidade de Itaporã, na Avenida “ São José ”, em frente à igreja “ São José” e na praça de mesmo nome “São José” ocorriam as festividades escolares, das quais o GE Itaporã participava ativamente.

**Figura 2: Alunos do Grupo Escolar Itaporã – década de 60**



**Fonte:** Cordeiro (2010, p 121). Sem autor.

Como podemos observar na figura 2, os alunos do Grupo Escolar Itaporã participavam de tais festividades devidamente uniformizados, organizados em filas. À frente dos alunos estão as freiras que dirigiam o GE durante a década de 60. Alguns alunos seguram as bandeiras. A festividade apresentada nessa figura é uma cerimônia alusiva ao dia da Independência do Brasil. Podemos observar, assim, a participação dos alunos do GE em atividade cívica, e constatamos que a escola estava além das tarefas de ensinar leitura, escrita e cálculo, mas visava a propagação de valores morais e cívicos.

Após uma leitura atenta, observamos, nos escritos do livro de Crônicas que as irmãs por muitas vezes faziam comemorações em conjunto com as instituições que elas administravam. Como podemos observar a seguir:

No dia 12 de outubro houve primeira comunhão das crianças da Grupo e Escola Municipal (CRÔNICAS, 1958, p.4).

Também o “ Dia das Mães ” foi singelamente festejado. Reuniram-se as duas escolas no pátio do Grupo para juntos homenagearem as queridas mães. (CRÔNICAS, 1958, p.9).

Enquanto estávamos “ órfãs ” festejamos o dia das crianças com a santa missa, doces e etc. E o dia do professor com uma mesa de doces para as 16 professoras leigas das duas escolas. (CRÔNICAS, 1958, p.10).

No dia 15 de fevereiro iniciamos as matriculas nas duas escolas. (CRÔNICAS, 1958, p.11).

Atividades Escolares- Aos 3 de março iniciamos as aulas nos dois Grupos Escolares, bem como no Jardim de Infância e Corte e Costura. [...]. Durante o ano letivo foram organizadas diversas festas, já tradicionais: Dia das Mães, Dia do Professor, Dia da Criança. No dia da Pátria houve garboso desfile de todos os alunos. (CRÔNICAS, 1958, p.24).

O fato de as Irmãs se organizarem para que as escolas estivessem sob sua administração, realizassem eventos em conjunto, como festas, desfiles, feiras e outras comemorações, trouxe-nos algumas indagações, tais como: Por que elas se reuniam para tais comemorações? O objetivo era fazer com que os alunos e professores se sentissem membros de uma mesma instituição e, assim, tinham objetivos em comum, como agilidade e praticidade na organização dos eventos?

Em 1974, pelo Decreto n. 2365, de 18 de dezembro, no Artigo 1º, fica criado o II grau no Grupo Escolar Itaporã, o qual foi criado anteriormente pelo Decreto n. 1130, de 29 de abril de 1970. No parágrafo único, a escola passa a ser denominada de Escola

Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã. Assim, a escola passa a ofertar o II grau, com habilitação para o magistério de 1º e 4º séries.

### **Considerações finais**

A Ordem Franciscana esteve presente em várias instituições educativas no Sul de Mato Grosso. No caso de Itaporã, a Congregação Franciscana desempenhou diferentes funções nestas instituições, dentre elas as de professora e diretora, inclusive no Grupo Escolar Antonio João Ribeiro e no Grupo Escolar Itaporã. Contudo, podemos compreender que a Congregação Franciscana, presente na direção do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro e no Grupo Escolar Itaporã tinha objetivos além dos educacionais, a congregação também possuía grande interesse na ampliação da fé católica na região. Isto se materializava nos eventos promovidos pela Igreja, como quermesses, primeira comunhão, procissões entre outros eventos vinculados às atividades educacionais. Assim, podemos concluir que a Congregação Franciscana em Itaporã, além dos compromissos educacionais, tinha grande interesse na ampliação da fé católica na região.

### **REFERÊNCIAS**

AMARO, E. M. **Escola Franciscana Imaculada Conceição: História da instituição educativa na região de Dourados, sul de Mato Grosso (1955-1975)**. Dissertação de Mestrado em Educação. Dourados, MS: UFGD, 2018.

BURITY, J., Entre o reino de Deus e a autoridade civil: pentecostais, cultura e política. In: **Identidade política no campo religioso**. Recife: Editora da UFPE, 1997.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CORDEIRO, A. A. **A vida e os sonhos de um nordestino parente de todos**. Campo Grande: Centro gráfico Ruy Barbosa, 2010.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas: Mercado de Letras, p.21-56, 2000.

GIUMBELLI, E. **O fim da religião**: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar/PRONEX, 2002.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBBSAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RODELINI, C. F. **Grupo escolar Antônio João Ribeiro**: cultura escolar primária em Itaporã-MT uma contribuição para a história das instituições educativas (1953-1974). Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: UFGD, 2015.

KNOB, Frei Pedro. **A Missão Franciscana do Mato Grosso**. Campo Grande-MS: Editora Loyola, 1988.

MARIN, J. R. Diáspora e Identidades: As experiências missionárias dos franciscanos alemães em Mato Grosso. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano V, n. 13, Maio 2012, p. 205-234. ISSN 1983-2850. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/index.html>>. Acesso em: jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Diásporas, identidades e traduções culturais dos Franciscanos alemães em Mato Grosso. In: MARIN (org.). **Religiões e identidades**. Dourados, MS: UFGD, 2012. p. 103-130

OLIVEIRA, C. E. **Migração e escolarização**: história de instituições escolares de Tangará da Serra – Mato Grosso – Brasil (1964-1976). Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

SÁ, F. E. De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927). 2006. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo/SP.

VALDEZ, F. S. **Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante (MT/MS)**: Educação e Missão (1959-1994). Dissertação de Mestrado em Educação. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2017

#### **Documento da imprensa local**

O PROGRESSO. Dourados - década de 1950. Arquivo do jornal O Progresso de Dourados: 1953.

#### **ENTREVISTAS**

WOLFART, M. S. Depoimento (jun. 2013). Entrevista concedida a Claudiani Rodolini. Dourados - MS, 2013.